

VERBO E VOZ NA FALA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

Carlos Piovezani
cpiovezani@ufscar.br

A voz do político profissional é o elemento sonoro de uma subjetividade e o coro histórico e institucional de vozes que o sustenta. Mas, o dono da voz é o autor do texto que ele profere? A autoria torna-se, portanto, uma noção adequada para a análise do discurso político? A “função autor” (Foucault, [1969] 1992) refere-se à responsabilidade pela produção de certos textos e ao controle exercido sobre sua emergência, em determinados campos discursivos, a partir da Era Moderna. Com efeito, não é exatamente esse o caso, quando se trata de discurso político. A partir de Foucault, a Análise do discurso estendeu a reflexão sobre a autoria a outras paragens (Orlandi, 1996; Gregolin, 2001; Lagazzi, 2006; Piovezani, 2007; Souza, 2008). O desenvolvimento da reflexão sobre essa noção no interior da AD não implicou, contudo e evidentemente, sua suficiência e esgotamento. Na esteira dos estudos discursivos, analisaremos alguns aspectos da formulação e da circulação do discurso político que incidem sobre a configuração do autor em pronunciamentos político-eleitorais televisivos, focalizando particularmente o emprego da voz para esse fim. A questão da autoria é aqui permeada por uma divisão no regime de trabalho, em consonância com uma intersecção entre as duas modalidades lingüísticas, a escrita e a oralidade: aquele que escreve esses pronunciamentos tende a não corresponder àquele que os profere frente às câmeras. À voz do político, em conjunto com algumas marcas lingüísticas conversacionais e de oralidade, cabe dar aos pronunciamentos escritos pelos logógrafos de nossos dias um aspecto subjetivo, com o propósito de simular autenticidade, espontaneidade e franqueza.